



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 125/126

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB José Maria Ferreira
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 125

103ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Mesa Executiva | 03 |
| Presenças | 03 |
| Abertura da Sessão | 03 |
| Expediente: | |
| Requerimentos | 03 |
| Projetos de Lei | 08 |
| Pequeno Expediente: | |
| Dep. José Domingos Scarpellini | 14 |
| Ordem do Dia: | |
| Leitura do Expediente | 14 |
| Discussão / Votação: | |
| Redação Final | 15 |
| 3ª Discussão | 15 |
| 2ª Discussão | 15 |
| 1ª Discussão | 16 |
| Requerimentos | 17 |
| Encerramento da Sessão | 18 |

DIÁRIO Nº 126

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Mesa Executiva..... | 19 |
| Presenças..... | 19 |
| Abertura da Sessão | 19 |
| Expediente: | |
| Requerimento | 19 |
| Projetos de Lei | 29 |
| Ordem do Dia: | |
| Leitura do Expediente | 22 |
| Discussão/Votação | |
| Redação Final | 23 |
| 3ª Discussão | 23 |
| 2ª Discussão | 24 |
| 1ª Discussão | 24 |
| Encerramento da Sessão | 26 |

SUMÁRIO

| | |
|---|--|
| <p>DIÁRIO Nº 125</p> <p>103ª SESSÃO ORDINÁRIA</p> <p>SUMÁRIO</p> <p>Mesa Executiva.....03</p> <p>Presenças.....03</p> <p>Abertura da Sessão03</p> <p>Expediente:</p> <p>Requerimentos.....03</p> <p>Projetos de Lei.....08</p> | <p>Pequeno Expediente:</p> <p>Dep. José Domingos Scarpellini 14</p> <p>Ordem do Dia:</p> <p>Leitura do Expediente 14</p> <p>Discussão / Votação:</p> <p>Redação Final..... 15</p> <p>3ª Discussão 15</p> <p>2ª Discussão 15</p> <p>1ª Discussão 16</p> <p>Requerimentos..... 17</p> <p>Encerramento da Sessão 18</p> |
|---|--|

DIÁRIO Nº 125

103ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Tadeu Veneri e Neivo Beraldin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (32).

Ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elza Correia, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Rafael Greca, Renato Gaúcho e Waldir Leite (21).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2412

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido e aprovado pelo douto Plenário, seja colocado em regime

de urgência a votação do Projeto de Lei nº 646/05 - Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Eduardo Eurides Gurkewicz.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2442

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 16 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo de forma impreterível para entrega das Emendas ao Projeto de Lei nº 487/06, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2007, até o dia 24 de novembro de 2006.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2434

Senhor Presidente:

Pelo presente solicito a V. Exa. que seja remetido a Comissão de Fiscalização e Controle e Prestação de Contas do Exercício de 2005 do Governo do Estado, para análise técnica da referida comissão.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2414

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Corina Francisquini Lopes, sogra do Deputado Luiz Carlos Martins, aos 85 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2415

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr. Tomoyuki Osato, com 58 anos de idade na cidade de Maringá.

Deixa viúva a Sra. Yolanda Mieko Osato e 3 filhos: Alisson, Kenji e Vanessa.

As nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2416

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento da Sra. Kazuko Arimura, com 65 anos de idade, no último dia 09/11 na cidade de Curitiba.

Deixa viúvo o Sr. Shinji Arimura e 3 filhos: Yuri, Takasshi e Mari Arimura.

As nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, votos de congratulações, contendo agradecimentos e menção honrosa à Sgisoka Gakkai Internacional, na pessoa do seu Presidente Dr. Daisaku Ikeda, fundador do Museu Tókyo Fuji Art Museum, por ter tornado possível a realização da Exposição do Paraná dos Eternos Tesouros do Japão, por ocasião do terceiro aniversário do Museu Oscar Niemeyer em Curitiba.

A exposição em referência apresenta pinturas em biombos, pergaminhos, gravuras Ukiyo-E, utensílios em laca, armaduras, espadas e caligrafia levando-nos a desvendar e percorrer um milênio de história da civilização japonesa, permitindo-nos retroceder no tempo e reexaminar o passado para compreender o presente.

São fragmentos de oito dos quinze períodos existentes, até hoje, no Japão. Períodos que marcam a passagem dos anos e das eras. Representa, também, a evolução política, econômica e a sucessão de imperadores, de linhagem secular.

Por essas razões propomos a presente menção honrosa.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Marialva, criado no dia 14 de novembro de 1952 pela Lei Estadual nº 790/51 e desmembrado de Mandaguari.

Através do Prefeito Municipal Humberto Amaro Feltrin, cumprimenta todos os moradores do Município.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Inajá, instalado no dia 15 de novembro.

Através do Prefeito Municipal Manoel Aguilar Filho, cumprimenta todos os moradores do Município.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Uniflor, instalado no dia 15 de novembro de 1961 pela Lei Estadual nº 4.338/61 e desmembrado de Nova Esperança.

Através do Prefeito Municipal Miguel Ângelo Pettenazzi, cumprimenta todos os moradores do Município.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2439

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Floresta, instalado no dia 18 de novembro de 1961 pela Lei Estadual nº 4245/60 e desmembrado de Maringá.

Através do Prefeito Municipal José Roberto Ruiz, cumprimenta todos os moradores do Município.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Ivatuba, instalado no

dia 18 de novembro de 1961 pela Lei Estadual nº 4245/60 e desmembrado de Maringá.

Através do Prefeito Municipal Adolfo Joaquim Semprebom, cumprimenta todos os moradores do Município.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2441

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Paçandu, instalado no dia 19 de novembro de 1960 pela Lei Estadual nº 4245/60 e desmembrado de Maringá.

Através do Prefeito Municipal Moacyr José de Oliveira, cumprimenta todos os moradores do Município.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Melquior Schlickmann, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Joares Chrum, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. José Luiz Valezi, empresá-

rio que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Wilson Makoto Yoshida, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2421

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Waldemar Ens, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2422

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Luiz Carlos Slivak, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. João Armelin, empresário

que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Luis Juan Veiga Vasques, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Nelson Ferreira dos Santos, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Ari Antonio Alves Sobrinho, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2427

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e

reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Flavio Veríssimo, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Darnes Almeida, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Carlos Placedino, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2430

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Pedro Hideki, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2431

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e

reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Luiz Carlos Alves Sobrinho, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Luiz Muller Henrique, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2433

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Sergio Skiba, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2411

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido ao Secretário Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, para informar o que segue relativamente à viagem oficial do Sr. Governador Roberto Requião à França e aos Estados Unidos da América, entre os dias 25 de novembro e 08 de dezembro próximos:

1 - A comitiva do Governador será formada por servidores do Estado (estatutários ou comissionados)? Nominar cada um deles e especificar as funções que deverão cumprir na missão internacional.

2 - Quais os objetivos, atividades do interesse público do Estado do Paraná, que serão tratados nos dois destinos da viagem, Lyon (França) e Cabo Canaveral (EUA)?

3 - Qual o custo total da viagem, o valor das diárias e demais despesas estimadas e como serão efetuados estes pagamentos? Em moeda corrente ou cartão corporativo?

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SACARPELLINI

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 530/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado do Paraná - Pefeps, que tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei.

Art. 2º A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas a sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Art. 3º A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária tem os seguintes objetivos:

- I - gerar trabalho e renda;
- II - apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária;
- III - apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado;
- IV - promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Popular Solidária;
- V - reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência dos empreendimentos;
- VI - consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento;
- VII - proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos;
- VIII - estimular a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da Economia Popular Solidária;
- IX - criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Popular Solidária;

X - educar, formar e capacitar tecnicamente as trabalhadoras e os trabalhadores dos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

XI - integrar os empreendimentos no mercado e tornar suas atividades auto-sustentáveis;

XII - articular Municípios, Estados e União, visando uniformizar e articular a legislação;

XIII - constituir e manter atualizado um banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária que cumpram os requisitos desta lei.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos da Pefeps, o poder público propiciará aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, na forma do regulamento:

I - acesso a espaços físicos em bens públicos estaduais;

II - equipamentos e maquinário de propriedade do Estado para produção industrial e artesanal;

III - assessoria técnica necessária à organização, produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como à elaboração de projetos de trabalho;

IV - serviços temporários, em áreas específicas, tais como contabilidade, marketing, assistência jurídica, captação de recursos, gestão empresarial, planejamento estratégico, gestão ambiental, recursos humanos, técnicas de produção contratos com financiadores, contatos com instituições de pesquisa científica e mercadológica;

V - cursos de capacitação, formação e treinamento de integrantes dos empreendimentos de Economia Popular Solidária nas áreas referidas no inciso anterior;

VI - incubação em incubadoras de empresas;

VII - convênios com órgãos públicos, nas três esferas de governo;

VIII - entidades e programas internacionais;

IX - acesso a centros de pesquisa e a empresas brasileiras para consolidação de vínculo de transferência de tecnologia;

X - suporte técnico e financeiro para recuperação e reativação de empresas por trabalhadores, em regime de autogestão;

XI - suporte jurídico e institucional para constituição e registro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;

XII - apoio na realização de eventos de Economia Popular Solidária;

XIII - apoio financeiro e fomento à constituição de patrimônio, na forma da lei;

XIV - linhas de crédito especiais nos agentes financeiros públicos federais, estaduais, municipais, internacionais e privados, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, bem como a adaptação das linhas de crédito existentes, com base estrutural em microfinanças solidárias;

XV - apoio para comercialização;

XVI - participação em licitações públicas estaduais;

§ 1º A utilização de espaços, equipamentos e maquinário público sujeita os empreendimentos de Economia Popular Solidária às regras de uso previstas nos termos da permissão de uso, que conterà as obrigações dos permissionários.

§ 2º É vedada a cobrança de taxas para participação nos cursos a que se refere o inciso V deste artigo.

§ 3º Será exigida a frequência mínima estabelecida nos cursos a que se refere o inciso V deste artigo, para manutenção dos benefícios e permanência do grupo na Pefeps.

§ 4º O apoio para comercialização, a que se refere o inciso XV deste artigo, consiste na busca de alternativas para comercializar e divulgar a produção dos empreendimentos, mediante o apoio à instalação de centros de comércio e de feiras, o incentivo à introdução de novos produtos e serviços no mercado interno e externo e o auxílio à articulação de redes de agentes que promovam o consumo solidário e o comércio justo.

§ 5º Os cursos, o apoio técnico, jurídico e financeiro, os serviços temporários e a incubação em empresas deverão observar os princípios e conceitos que regem a Economia Popular Solidária de que trata esta lei.

§ 6º O poder público poderá firmar convênios, contrato ou outra forma de ajuste administrativo admitida em lei com os Municípios, a União, governos estrangeiros e entidades privadas para a consecução dos objetivos desta lei, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º São característica dos empreendimentos de Economia Popular Solidária:

- I - a produção e a comercialização coletiva;
- II - as condições de trabalho salutar e seguras;
- III - a proteção ao meio ambiente e a todas as formas de vida;
- IV - a equidade de gênero;
- V - a não-utilização de mão-de-obra infantil;
- VI - a transparência na gestão dos recursos e a justa distribuição dos resultados;
- VII - a prática de preços justos, sem maximização de lucros nem busca de acumulação de capital;
- VIII - a participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento;
- IX - a participação dos integrantes nas deliberações, na forma do parágrafo único do artigo 6º desta lei.

§ 1º Consideram-se empreendimentos de Economia Popular Solidária as empresas de autogestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais.

§ 2º Os empreendimentos de Economia Popular Solidária trabalharão prioritariamente em rede, abran-

gendo a cadeia produtiva, desde a produção de insumos até a comercialização final dos produtos.

§ 3º Para os fins desta lei, uma rede de produção integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços, para a prática do consumo solidário, com o reinvestimento de parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços na própria rede, diminuindo o volume e o número de itens a serem adquiridos no mercado formal.

Art. 6º Consideram-se empresas de autogestão, para os efeitos desta lei, os grupos organizados preferencialmente sob a forma de sociedade cooperativa, podendo ser adotadas as formas de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, de associação civil e de sociedade anônima, atendidos os seguintes requisitos:

I - organização autogestionária, caracterizada pela propriedade em comum dos bens de produção e pela observância dos critérios definidos no artigo 4º;

II - gestão de entidade exercida pelos integrantes de forma coletiva e democrática;

III - adoção de modelo de distribuição dos resultados econômicos proporcional ao trabalho coletivamente realizado.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei, a gestão democrática da empresa pressupõe:

I - a participação direta e indireta dos associados em todas as instâncias decisórias, por meio de voto em assembléia ou institutos similares específicos e legais, em eleições e na representação em conselhos;

II - a garantia de voto do associado, independentemente da parcela de capital que possua;

III - a rotatividade de, no mínimo, um terço dos integrantes dos órgãos decisórios - diretoria e conselhos a cada mandato;

IV - a contratação eventual de trabalhadores não associados limitada a, no máximo, 10% (dez por cento) do total de trabalhadores associados;

V - a adoção do trabalho como base para o sistema de remuneração e de distribuição dos resultados.

Art. 7º O empreendimento de Economia Popular Solidária interessado em usufruir dos benefícios instituídos por lei, no ato de sua inscrição no órgão responsável pela Pefeps, deverá:

I - registrar-se, informando a forma associativa adotada, o número de seus integrantes, a forma adotada para as deliberações do grupo, o endereço da sede ou do local onde se reúnem;

II - apresentar, se já em funcionamento, relatório que contenha a descrição do processo de produção adotado, a natureza e a capacidade de distribuição e comercialização do produto e outras informações consideradas necessárias;

III - apresentar, se em processo de constituição, projeto de trabalho que contenha o detalhamento da atividade a ser desenvolvida e dos recursos de que disponha;

IV - apresentar declaração de que seus integrantes têm mais de 18 (dezoito) anos e não estão empregados no mercado formal de trabalho, comprovada mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, exceto no caso de aprendizes;

VI - apresentar declaração de que seus integrantes são domiciliados no Estado do Paraná.

§ 1º Poderá habilitar-se a participar da Pefeps grupo ainda não constituído legalmente que se comprometa a apresentar seu registro legal no prazo de dois anos contados de sua inscrição, desde que atenda ao disposto nos artigos 4º e 6º e apresente projeto possível de se adequar aos requisitos da Pefeps.

§ 2º Mediante a apresentação de requerimento fundamentado, poderá ser prorrogado o prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º O tempo de permanência do grupo na Pefeps será de dois anos, prorrogável pelo mesmo período.

§ 4º Verificada qualquer informação falsa, o grupo infrator sujeitar-se-á às penas cabíveis e à imediata suspensão de sua participação na Pefeps, se nela já houver ingressado, ressalvados os direitos da ampla defesa e do contraditório.

Art. 8º Os empreendimentos de Economia Popular Solidária serão registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial.

Parágrafo Único. Os empreendimentos cujas atividades impliquem geração de ICMS serão inscritos no órgão fazendário estadual, no qual receberão classificação específica.

Art. 9º São considerados agentes executores da Pefeps:

I - o Governo do Estado, por meio de seus órgãos e entidades;

II - os municípios, por meio de seus órgãos e entidades;

III - as universidades e instituições de pesquisa;

IV - o Governo Federal, por meio de seus órgãos;

V - as organizações não governamentais;

VI - os agentes financeiros que disponibilizem linhas de crédito para os empreendimentos;

VII - as entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, que atuem segundo os objetivos desta lei;

VIII - as entidades internacionais que trabalhem com o conceito de empresa de autogestão democrática e de economia solidária.

Parágrafo Único. Os agentes executores da Pefeps integrarão ações e adotarão estratégias, metodologias e instrumentos comuns de apoio aos empreendimentos.

Art. 10. Fica criado o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária - CEEPS, composto paritariamente por representantes do poder público estadual e das entidades civis afetas ao desenvolvimento da Economia

Popular Solidária, vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

§ 1º O CEEPS será composto por doze membros, nomeados pelo Governador do Estado para um mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período, sendo os representantes das entidades civis eleitos em assembléia convocada para esse fim, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

§ 2º O CEEPS será presidido por um de seus membros, eleito para mandato de um ano, permitida a recondução por igual período.

Art. 11. Compete ao CEEPS:

I - aprovar a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária;

II - definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária e para o acesso aos benefícios previstos nesta lei;

III - definir os critérios para a concessão do Selo de Economia Solidária;

IV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos financiados pelo Fundo a que se refere o inciso II;

V - acompanhar e avaliar os programas de fomento aos empreendimentos de Economia Popular Solidária desenvolvidos pelos órgãos e entidades públicos do Estado;

VI - definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Popular Solidária aos serviços públicos estaduais;

VII - buscar garantias institucionais para que os empreendimentos de Economia Popular Solidária possam participar das licitações públicas;

VIII - propor mecanismos de estabelecimento de incentivos fiscais para os empreendimentos de Economia Popular Solidária;

IX - desenvolver mecanismos e formas de facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Popular Solidária a recursos públicos;

X - propor alterações na legislação estadual relativa à Economia Popular Solidária;

XI - constituir, regulamentar e fiscalizar as atividades do Comitê Certificador a que se refere o artigo 13;

XII - elaborar seu regimento interno.

Art. 12. O Conselho Estadual da Economia, Popular Solidária terá uma Secretaria Executiva, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

Art. 13. Fica instituído o Selo de Economia Solidária, para identificação, pelos consumidores, do caráter solidário e ecológico dos insumos, da produção, da

industrialização, do transporte e da comercialização dos produtos.

Art. 14. O CEEPS constituirá um Comitê Certificador, constituído, paritariamente, por representantes dos produtores e das entidades de defesa dos direitos do consumidor e de assessoria a empreendimentos de Economia Popular Solidária.

Art. 15. Compete ao Comitê Certificador:

I - emitir e conceder o Selo de Economia Solidária;

II - credenciar entidades locais de inspeção para acompanhamento dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;

III - elaborar um manual de procedimentos para certificação, a ser adotado pelas entidades locais de inspeção, para orientação aos empreendimentos de Economia Popular Solidária e verificação do cumprimento desta lei para a obtenção do Selo de Economia Solidária;

IV - cancelar a certificação, em caso de descumprimento dos requisitos desta lei;

V - gerenciar banco de dados cadastrais de empreendimentos certificados;

VI - constituir uma equipe técnica para avaliação dos pedidos de credenciamento, mediante análise de documentos e inspeção local, se necessário.

Art. 16. A participação efetiva no CEEPS e no Comitê Certificador não é remunerada, sendo considerada função pública relevante.

Art. 17. O CEEPS elaborará seu regimento e o regulamento do Comitê Certificador no prazo de noventa dias após sua posse.

Art. 18. O Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária será criado por lei específica, no prazo de cento e vinte dias contados da data da publicação desta lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados de sua promulgação.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A economia solidária é importante instrumento de inclusão social, na medida que rompe os limites da economia tradicional ancorada meramente no lucro e nas premissas do capitalismo de mercado.

A economia solidária é também importante instrumento de cidadania e permite a geração de emprego e renda de tal forma que os cidadãos gerem sua própria

renda, desobrigando o Estado da sistemática prestação de assistência.

O desenvolvimento da economia solidária pode constituir-se em mais uma porta de saída dos programas assistenciais ou medidas compensatórias dos governos Federal e Estadual.

Do ponto de vista econômico contribui fortemente no desenvolvimento da economia regional gerando renda e emprego onde as pessoas residem e consomem os produtos e serviços.

Para complementar os argumentos supra sobre a economia solidária, transcrevemos aqui dois textos sobre o tema. O primeiro deles é um balanço feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal, após dois anos de sua implementação.

O segundo texto é um artigo de Paul Singer e discute a matéria com a propriedade peculiar do conhecido intelectual brasileiro.

TEXTO I

BALANÇO DO SEGUNDO ANO DE GOVERNO SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA *Um Balanço Político com a Síntese do Desempenho da Secretaria (Avaliação do Secretário)*

Durante 2004, a economia solidária apresentou significativo avanço no Brasil, enquanto movimento social e enquanto setor da economia. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária lançou raízes em todo território, mediante a criação de Fóruns Estaduais nas 27 unidades da Federação. Isso permitiu a realização mais freqüente de encontros estaduais e a criação de Fóruns regionais e municipais. A economia solidária fortaleceu pela adesão de numerosos empreendimentos, que passaram a reconhecer a sua própria prática como sendo de economia solidária. Aumentaram muito a realização de feiras estaduais, regionais e locais e o entrosamento entre cooperativas e associações produtivas, cooperativas de crédito, clubes de troca e entidades de micro-crédito.

Com a revitalização do Programa Nacional de Incubagem (Proninc), em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coepe), a Senaes vem coordenando esse programa, que estabeleceu convênios, por meio da Finep, com 34 universidades brasileiras com ações voltadas para a incubagem de empreendimentos populares no campo e na cidade.

Novas redes nacionais de cooperativas solidárias surgiram como a Unisol (que antes se limitava ao Estado de São Paulo), a Ecosol, que se uniu à Cresol, Sicred, Bancred e a Crenor para formar uma grande federação de cooperativas de crédito, germen de um sistema de finanças solidárias, ao qual poderão se somar as entidades de micro-crédito, que também se uniram na Abcred- Associação Brasileira de Gestores de Micro-Crédito.

A ação da Senaes Secretaria Nacional de Economia Solidária contribuiu bastante para este avanço. A Secretaria construiu sua presença nos Estados através de crescente colaboração das DRTs - Delegacias Regionais do Trabalho, que tornaram a economia solidária uma de suas metas prioritárias. mediante visitas a todos os Estados., dirigentes da Senaes participaram da fundação de alguns Fóruns estaduais e lograram que representantes das DRTs passassem a participar dos mesmos, criando deste modo um vínculo sistêmico entre as atividades da Secretaria e a economia solidária em expansão nos Estados e Municípios.

A atividade da Senaes induziu vários governos estaduais e municipais a também desenvolver políticas de apoio e fomento da economia solidária. Estes governos regionais e locais se somaram a outros que já vinham fazendo tais políticas há mais tempo na previamente criada Rede de Gestores de Economia Solidária. A troca freqüente de experiência entre gestores municipais e estaduais vem enriquecendo as políticas de todos eles, sendo um dos resultados desta evolução a aprovação, este ano, pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais da primeira lei de apoio e fomento à economia solidária.

Outras ações da Senaes, que contribuíram à disseminação e ao fortalecimento da economia solidária pelo país afora, foram a realização de numerosos cursos de formação em economia solidária para agentes de desenvolvimento do Programa Fome Zero (Talheres), de assentamentos de reforma agrária e para funcionários das DRTs, de vários ministérios e bancos públicos federais, que também desenvolvem ou estão interessados em desenvolver políticas de economia solidária. No mesmo sentido, deve ser mencionado o mapeamento da economia solidária enquanto realidade econômica e movimento social.

Igualmente, está em fase de finalização o projeto para formação de 46 agentes de Etnodesenvolvimento, que apoiarão a organização de empreendimentos de economia solidária em comunidades remanescentes de quilombos. Este projeto já conta com a participação da Seppir - Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial que está selecionando os agentes que receberão o curso e terá o apoio da Fundação Palmares para a realização das atividades de formação.

Como parte deste mapeamento, a Senaes organizou uma campanha nacional de divulgação da economia solidária, que vem provocando a adesão, mediante o auto-reconhecimento, de empreendimentos à economia solidária, sobretudo nos rincões mais afastados e isolados do país. Do mapeamento resultará um Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária, tendo como foco um banco de dados sobre a economia solidária, alimentado por Comitês Gestores e diversas universidades de todos Estados. Estão cadastrados neste

banco, até o momento, mais de 20.000 empreendimentos solidários.

Parte desses empreendimentos estiveram reunidos durante três dias, em agosto deste ano, durante o I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária. Nesse evento, que contou com a presença de mais de 2.000 pessoas, foram aprofundados temas sobre os caminhos para o fortalecimento desse setor em nosso país.

Além disso tudo, a Senaes, ajudou a construção duma política de economia solidária transversal do governo brasileiro, que vem sendo desenvolvida pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, das Cidades, do Meio Ambiente, das Minas e Energia, pelas Secretarias de Políticas Públicas pelo Igualdade Racial, da Pesca e pela própria Presidência da República. Como ação emblemática desta política transversal, merece destaque a constituição de capital de giro da Companhia Harmonia (Usina Catende) mediante a colaboração da Senaes com o MDS, MDA e MF e que contou com a intervenção decisiva do Gabinete Pessoal da Presidência.

O notável avanço da economia solidária durante o segundo ano de governo integra o programa de governo do Presidente Lula como inclusão social, geração de emprego, desenvolvimento econômico e distribuição de renda, na medida em que a economia solidária se revela como arma eficaz de combate à exclusão e à pobreza, de geração de novos postos de trabalho, de desenvolvimento local, desde periferias miseráveis das metrópoles até comunidades rurais negras, indígenas e caboclas. Na medida em que a economia solidária passa a ser adotada como estratégia de sobrevivência pelos mais pobres, é justo encará-la também como fator de distribuição de renda.

Assim, a economia solidária está mais integrada política e economicamente, fato que se comprova ao fazermos uma comparação entre a situação antes e depois do início das atividades da Secretaria Nacional de Economia Solidária e, portanto, do Governo Lula.

Perspectivas para 2005

Frente aos avanços obtidos com as políticas até aqui desenvolvidas, para o próximo ano espera-se seguir em aceleração o processo de consolidação da economia solidária no Brasil. São muitas e diversas as metas que pretendemos atingir em 2005. Das obras de construção e instalação dos Centros Públicos de Economia Solidária à implantação do Plano de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão - Plantag, alguns números são vislumbrados como resultados do conjunto dessas políticas.

Estima-se que a economia solidária em 2005, se devidamente apoiada, poderá gerar e/ou manter cerca de 250 mil postos de trabalho diretos através de suas atividades produtivas e de articulação. Dessa forma deverá

ser cada vez mais um instrumento de combate à pobreza pela via da organização coletiva.

Além disso, frente aos resultados que começam a surgir da campanha nacional de economia solidária, mais de 25.000 empreendimentos deverão ser cadastrados no que se constitui como o Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária. O auto-reconhecimento e a visibilidade das políticas que ganham capilaridade são os principais fatores que devem potencializar esse movimento.

Por fim, com os processos de formação em andamento junto com diversos parceiros públicos e privados de todos o país, deverão ser formados cerca de mil agentes de desenvolvimento que servem como um importante sujeito tanto na divulgação, mas principalmente no fortalecimento da economia solidária como uma alternativa concreta.

TEXTO II

O DILEMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Paul Singer

No quadriênio de 1997-2001, Porto Alegre, Santo André e Belém foram dos primeiros municípios a desenvolver políticas de inclusão social através de apoio e estímulo a iniciativas cooperativas ou associativas por parte de desempregados, favelados, catadores de lixo e pobres em geral. Diante do êxito destas prefeituras, no quadriênio seguinte, dezenas de outras (entre as quais a de São Paulo), passaram a desenvolver suas próprias políticas de economia solidária. Em muitos destes municípios foram criados bancos do povo, que fornecem micro-crédito a empreendedores de baixa renda, e se revelaram muito eficientes como meio de combate à pobreza destas categorias.

Com a criação, no ano passado, da Secretaria Nacional de Economia Solidária-Senaes, como parte integrante do Ministério do Trabalho e Emprego, por iniciativa do Presidente Lula, políticas de inclusão social, como estas, passaram a receber apoio também do Governo Federal. Neste ano, por exemplo, quase duas dezenas de municipalidades estão iniciando a construção, em convênios com a Senaes, de Centros Públicos de Economia Solidária, locais de realização de eventos, encontros, cursos etc., nos quais interessados obterão informações sobre economia solidária e como se engajar nela, além de poder adquirir produtos de empreendimentos solidários, ali expostos.

Nas últimas eleições municipais, várias destas prefeituras mudaram de mãos. Eram, em sua grande maioria, governadas por coalizões lideradas pelo PT e partir de janeiro próximo passarão para coalizões encabeçadas por outros partidos. Os novos prefeitos se encontram diante de um dilema: dar continuidade ou findar os programas de economia solidária em curso.

O Partido que adotou com mais ênfase a economia solidária tem sido, até o momento, o dos Trabalhadores.

Mas, isso não quer dizer que outros partidos, mesmo de campos opostos, não possam fazer o mesmo. Em política não há copyright, felizmente. Em termos ideológicos, a economia solidária tem fortes afinidades com todas as correntes políticas, que empunham as bandeiras de justiça social, de combate ao desemprego e à abismal diferença entre pobres e ricos, em nosso país. Nada impede que as novas prefeituras dêem continuidade aos programas de economia solidária em curso, imprimindo-lhes eventualmente sua própria marca.

A renda mínima, por exemplo, foi colocada em prática pela primeira vez por um Prefeito tucano de Campinas. Isso não impediu que muitos prefeitos de outros partidos - sobretudo do PT - seguissem o seu exemplo. O orçamento participativo, por outro lado, apesar de ser política originada no PT, está sendo adotado por inúmeras municipalidades governadas por outros partidos, dentro e fora do Brasil. O mesmo pode vir a acontecer, se e quando os montantes de inclusão social que resultaram de iniciativas de economia solidária, se tornarem conhecidos e públicos.

A Senaes está conduzindo, em colaboração com universidades e comitês gestores estaduais, um mapeamento da economia solidária no Brasil, que em breve permitirá julgar em que medida a aplicação da solidariedade à economia abre novas oportunidades de trabalho e renda aos que mais precisam delas. É possível imaginar que os recursos fiscais, liberados pelo fim dos programas de economia solidária, possam lastrear outras iniciativas. Mas, convém não esquecer que para os milhares que se beneficiam com a economia solidária, isso não compensa as perdas que sofreriam se os programas em curso fossem interrompidos.

A economia solidária é um lúdico produto da sociedade civil, cuja expansão se beneficia com recursos públicos nela aplicados. Mesmo sem estes recursos, os empreendimentos solidários já constituídos seguirão adiante e, na medida do possível, continuarão a contar com apoio federal. A economia solidária se estrutura hoje em foros estaduais, que fazem a ponte entre os empreendimentos solidários e a Senaes. Nos lugares em que os próximos governantes municipais resolverem acabar com os programas, a economia solidária sentirá o golpe. Mas, ele poderá ser atenuado por programas de municípios vizinhos em que eles não sofrerem solução de continuidade, assim como de governos estaduais e do Governo Federal.

Finalmente, o que for feito diante do dilema da economia solidária não precisa e nem deve ser uma decisão isolada do novo Prefeito com sua equipe ou consigo mesmo. Seria bom que ele ouvisse o povo e que o povo se fizesse ouvir. Políticas de economia solidária reduzem o sofrimento dos que se encontram isolados, oferecendo-lhes oportunidades de se associar e em conjunto superar a situação de carência em que estão. Contribuem à integração dos jovens das periferias miseráveis em cooperativas e deste modo à redu-

ção da criminalidade violenta. Nas cidades em que tais políticas correm o risco de serem terminadas, cabe aos interessados mostrar aos futuros governantes as consequências de tal decisão.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quem discar o 190 entra em desespero. Quem discar o 190 é mais fácil chamar o ladrão e fazer um acordo com ele do que resolver o seu problema com a polícia. A polícia do povo só existe numa pintura que tem nos carros que andam aí pela cidade de Curitiba. Ligue o 190 e peça socorro. Diga que você está em emergência e verá o tratamento que vão te dar depois de uns 15 minutos aguardando no telefone.

Esta é a polícia do Secretário Delazari. Esta é a polícia do Governador Roberto Requião. Esta polícia é a polícia que está em Curitiba, que está nas médias cidades do interior e nas pequenas cidades do interior.

E agora estão falando que vão criar também - tudo isso é uma imaginação - mas vão criar a Patrulha Rural. Dizem que será muito eficiente. Certamente, vai contar com a supervisão do Durango Kid, do Zorro, de coisas no modelo faroeste, porque nós não vimos nada de moderno acontecer com relação à ação da inteligência da polícia e da modernidade nesses últimos quatro anos de governo do Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Se já vinha com muitas dificuldades antes, ela se aprofundou agora em uma crise, porque não tem nenhum gestor, nenhum administrador capaz de resolver os problemas de segurança que estão instalados no Paraná. As médias, as grandes cidades são ainda vítimas maiores.

Nas pequenas cidades, nem delegado de polícia tem. Você chega em uma delegacia, Quitandinha, por exemplo, fomos para resolver um problema na cidade de Quitandinha e vimos que não havia nem delegado, nem polícia e que precisava ter um deslocamento policial à cidade de Fazenda Rio Grande para ir resolver o problema lá naquela comunidade. E se tratava de coisa urgente.

É assim nas pequenas cidades do Paraná, não têm delegado. Quando tem um problema, um crime, uma coisa que realmente vai depender de uma atenção maior, então, é deslocado um delegado, um escrivão de uma cidade maior, para atender aquela pequena comunidade,

muitas vezes, doze, treze horas depois de acontecido um grave fato.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos aqui registrar esta situação caótica da Polícia do Paraná. Esta situação que deixa o povo do Paraná inseguro, a intranquilidade está na casa dos paranaenses. Algumas cidades, como é o caso de Foz do Iguaçu, Londrina, Curitiba e Região Metropolitana, o índice de criminalidade é um dos maiores do Brasil.

Isso é preciso se registrar, aqui, para que o Governador e a sua equipe não saiam sem a marca dessa ineficiência que foi este governo, com relação à segurança pública.

Portanto, era esse o nosso registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não há oradores no Horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2442, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 16 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Verificação de votação, a pedido do Deputado Barbosa Neto.

Chamada nominal, a pedido do Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Requeiro desde já, Sr. Presidente, uma cópia com o nome dos Deputados presentes na Sessão de hoje, devidamente assinada por essa Mesa.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Tadeu Veneri, que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Tadeu Veneri**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Retiro a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto ao Deputado Jocelito Canto se retira a chamada nominal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não. Prossiga, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será dado continuidade à chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Tadeu Veneri**)

Trinta e um Srs. Deputados responderam à chamada, Sr. Presidente.

Discussão/Votação

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 327/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declarando de Utilidade Pública o Círculo Amore pela Itália, com sede e foro no município Pato Branco. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 327/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Círculo Amore pela Itália, com sede e foro no município Pato Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.11.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 490/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Associação Projeto Vida, com sede e foro no município de Jaguariaíva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/06, de 09/10/06, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 494/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, instituindo o reconhecimento de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Cafeara - Aprocaf, com sede na cidade de Cafeara e foro na cidade de Centenário do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/06, de 09/10/06, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores de Iracema do Oeste - Agricema, com sede e foro no município de Iracema do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Está em votação a Emenda, ressalvado o Projeto - **Aprovada.**

Está em votação o Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 767/05, de autoria da Deputada Elza Correia, instituindo em caráter permanente, no calendário oficial de políticas públicas de cultura, o Programa Paranaização, do Centro Cultural Teatro Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, autorizando o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel ao município de Piraí do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/06, de autoria da Deputada Elza Correia, autorizando o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, à Associação da Terceira Idade do município de Guaíra. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/06, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capi-

tal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a Emenda.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/06, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel, situado no município de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2006. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/06, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 3.456.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) e um ajuste orçamentário no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/06 de 03/10/06 em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 482/06

P A R E C E R :

Do Relatório

O presente Projeto de Lei nº 482/06, trata-se de Mensagem do Poder Executivo nº 061/06 e tem como escopo aprovar a abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 3.456.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) e um ajuste orçamentário no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Da Fundamentação

A legitimidade para legislar quanto a presente matéria encontra-se definida na Constituição Estadual, conforme segue:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

II - as diretrizes orçamentárias anuais

III - os orçamentos anuais

(...)

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

(...)

§ 10. Ao Poder Legislativo é assegurado autonomia financeira e administrativa e a sua proposta orçamentária será elaborada dentro do limite percentual das receitas correspondentes aos demais Poderes, a ser fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias. (Grifo nosso)

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

Ainda a respeito da matéria tratada pelo referido projeto, a Constituição Estadual ratifica:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e

ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Pode-se constatar que se trata de matéria de competência do Poder Executivo, havendo, portanto legitimidade para sua propositura.

Com análise do artigo 36 da Lei nº 14.783, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 2006, temos que o referido projeto encontra respaldo legal por legislar dentro dos limites legais expostos pelo referido artigo:

Art. 36. A Lei Orçamentária para o exercício de 2006, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite máximo de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, excetuando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais, e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício. (Grifo nosso).

Conforme o artigo 4º da Lei nº 14.977, os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta estimulam uma receita líquida de R\$ 16.497.968.705,00 (dezesseis bilhões, quatrocentos e noventa e sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinco reais), o que apenas ratifica que o projeto de lei encontra-se dentro dos limites legais ao aprovar uma abertura de crédito em valor inferior a 10% da receita fixada para o exercício.

Ademais, o referido projeto de lei, traz anexos os demonstrativos de cobertura desses recursos que serão provenientes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Os créditos adicionais referentes ao projeto de lei em questão serão destinados à execução de obras nas instalações do Instituto de Tecnologia do Paraná, visando melhorar as condições de trabalho aos profissionais de tecnologia do Estado do Paraná.

Sobre a matéria em tela, J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis, em sua obra “A lei nº 4.320 Comentada” nos ensina que:

São condições básicas para abrir créditos especiais ou suplementares:

- a *prévia autorização legislativa*;

- a *indicação de recursos*.¹

Analisando os requisitos exigidos para tal proposição, verifica-se que o referido projeto encontra os respaldos legais e encontra-se em consonância com a melhoria da condição de trabalho e de pesquisa dos profissionais da área de tecnologia, proporcionando assim, meios de desenvolvimento do Estado e de toda a população paranaense, com o incentivo e crescimento da área tecnológica.

Quanto à técnica legislativa, o projeto não está em conformidade com os requisitos no artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Para correção do vício formal apontado, sugerimos a adoção da emenda modificativa em anexo.

Da Conclusão

Diante do exposto, concluímos que o Projeto de Lei nº 482/06 apresenta correta aplicação da técnica legislativa com a adoção da emenda modificativa em anexo, preenchendo todos os requisitos legais necessários ao seu normal seguimento, sendo o parecer favorável submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 482/06

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 482/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

1. TEIXEIRA Jr, José Teixeira, REIS, Heraldo da Costa. A Lei nº 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31ª ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2002/2003, p.113.

Art. 6º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 482/06

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, através da Mensagem nº 061/06, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.456.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) e um ajuste orçamentário no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável para a mesma.

Chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, acompanha o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça ao projeto em questão, que informa os recursos para os créditos ora propostos que serão provenientes de cancelamento de dotação do próprio Órgão. E estes ajustes orçamentários serão utilizados para execução de obras nas instalações do Tecpar.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2411, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2412, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2414, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2415, 2416 e 2435 a 2441, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2417 a 2433, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2434, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2443, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 353, 392 e 458/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 377 e 480/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 483/05 e 233/06.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

Levanta-se a Sessão.



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 126

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------|----|
| Mesa Executiva..... | 19 |
| Presenças..... | 19 |
| Abertura da Sessão | 19 |
| Expediente: | |
| Requerimento | 19 |

| | |
|------------------------------------|-----------|
| Projetos de Lei | 29 |
| Ordem do Dia: | |
| Leitura do Expediente | 22 |
| Discussão/Votação | |
| Redação Final..... | 23 |
| 3ª Discussão | 23 |
| 2ª Discussão | 24 |
| 1ª Discussão | 24 |
| Encerramento da Sessão..... | 26 |

DIÁRIO Nº 126

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Padre Paulo Campos e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às quinze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Car-

los Simões, Chico Noroeste, Duílio Genari, Elza Correia, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, e Waldir Leite (15).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 16 de novembro (quinta-feira), conforme requerimento aprovado da Sra. Deputada Cida Borghetti.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, do Sr. José Alves Ferreira, Presidente da Escola de Samba Quilombo dos Palmares, de Londrina, conhecido como Tico.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São João do Caiuá pelo transcurso do seu 52º aniversário de emancipação política, no próximo dia 26.11.06.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Cláudio Pauka, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Carlos da Silva Maia, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Caiuá.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de São João do Caiuá estará comemorando festivamente o transcurso do seu 52º aniversário de emancipação política, dia 26 de novembro/06.

A fundação e colonização do município de São João do Caiuá ocorreu por conta da Companhia de Terras Norte do Paraná. O primeiro rancho foi de Pedro Adolpho Bruning em 1951. Nesta época chegaram as famílias de Domingos Beraldi e Justo Moya, que se dedicaram ao comércio, posteriormente vieram Tomé Vieira dos Santos, Sebastião Soares e Gumerindo Pereira. A primeira missa foi celebrada em 24 de junho de 1952, dia de São João, em uma capela construída no ano anterior.

Em 1954 foram iniciados os trabalhos para a construção de um campo de pouso no povoado, acessório indispensável para a época. Pela Lei nº 16, de 10 de fevereiro de 1953, foi criado o Distrito Administrativo e o Distrito Judiciário foi estabelecido pela Lei Estadual nº 1542, de 14 de dezembro de 1953.

Pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, foi criado o Município de São João do Caiuá, com território desmembrado de Alto Paraná. A instalação oficial ocorreu no dia 17 de dezembro de 1955, ocasião em que foi empossado o primeiro Prefeito Municipal eleito Sr. Domingos Beraldi.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, presta sua homenagem de gratidão e reconhecimento a toda a população de São João do Caiuá.

REQUERIMENTO Nº 2446

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Iguaçu pela passagem, no próximo dia 22 de novembro, do seu 56º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao exmo. Sr. Ângelo Celso Zampieri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Leonel Schier, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Iguaçu.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Iguaçu irá comemorar a passagem de seus 56 anos de emancipação política, no próximo dia 22 de novembro/06.

Iguaçu foi fundada em área de influência da Companhia de Terras Norte do Paraná, ainda nos primeiros anos da década de quarenta. Dentre os primeiros povoadores nomeiam-se o mineiro João Fernandes, o paulista Paulo Naga e o paranaense Joaquim Ferreira Leite, que instalaram-se em 1942.

Em 1946, Antônio Escravinato e João Batista adquiriram uma área de terras de quatorze alqueires e a lotearam, dividindo-a em terrenos urbanos, com a pretensão de formarem um patrimônio. Visto que a procura foi intensa, a dupla de colonizadores achou por bem aumentar o perímetro urbano do empreendimento e, compraram de Pedro Vailése uma área de 726 mil metros quadrados de terras, que foram imediatamente incorporados ao projeto colonizador e prontamente demarcados. A partir dali o povoado só cresceu.

Pela Lei nº 1.998, de 08 de março de 1954, o povoado foi elevado à categoria de Distrito Administrativo de Astorga. Em 22 de novembro de 1955, através da Lei Estadual nº 2.505, foi criado o município de Iguaçu. A instalação oficial deu-se no dia 16 de dezembro de 1956, sendo primeiro Prefeito o Sr. Sebastião Martins da Silva.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, sente-se honrado em parabenizar o povo honesto e trabalhador de Iguaçu, na certeza de que continuará colaborando para o constante progresso do seu município.

REQUERIMENTO Nº 2447

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Ivatuba, Exmo. Sr. Adolfo Joaquim Semprebom, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Ivatuba, Exmo. Sr. Vereador Dilson Vanso, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração da emancipação política de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2448

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Uniflor, Exmo. Sr. Miguel Ângelo Pettenazi, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Uniflor, Exmo. Sr. Vereador Delcides Derenzo, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração da emancipação política de Uniflor.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2449

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Marialva, Exmo. Sr. Humberto Amaro Feltrin, bem como à Presidente da Câmara Municipal de Marialva, Exma. Sra. Vereadora Antonieta Bellinati Perez, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração da emancipação política de Marialva.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2450

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Inajá, Exmo. Sr. Manoel Aguilar Filho, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Inajá, Exmo. Sr. Vereador Franciney Ferreira Lima, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração da emancipação política de Inajá.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2451

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Paçandu, Exmo. Sr. Moacyr José de Oliveira, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Paçandu, Exmo. Sr. Vereador Marcos Antonio Zironi, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração da emancipação política de Paçandu.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2452

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Floresta,

Exmo. Sr. José Roberto Ruiz, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Floresta, Exma. Sra. Vereadora Rosa Maria Letícia Baraldo, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração da emancipação política de Floresta.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Folha de Londrina, pelos 58 anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao Fundador-Presidente do jornal, Sr. João Milanez, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2457

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa que oficie ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a construção de um Colégio Estadual Profissionalizante de Nível Fundamental e Médio, no Bairro Novo B em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O referido colégio de nível Fundamental e Médio é uma aspiração da população local, onde cresceu o número de habitantes, em escala assustadora, e onde ainda vem crescendo a população, pela implantação de novos assentamentos urbanos. A sugestão ampliaria de maneira satisfatória a rede estadual de ensino.

Seja este requerimento encaminhado ao Sr. Theodoro Bernardes Neto, rua Ministro Flávio Suplicy, 178 - Bairro Novo B - Curitiba/PR, CEP 81.925-470.

REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Procurador-Chefe do Ministério Público Federal do Maranhão, Exmo. Sr. Sergei Medeiros Araújo e ao Corregedor-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Jirair Aram Megueriam, este último corregedor responsável pelo Juiz Federal Alberico Rocha Santos, de Cuiabá, Mato Grosso, solicitando providências em relação às denúncias encaminhadas a este Parlamentar pelo Sr. Francisco Wood Carrilho de Oliveira.

Solicitamos também, que cópias do referido expediente sejam encaminhados aos Senadores da República, Exmo. Sr. Osmar Dias e Exmo. Sr. Álvaro Dias.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando a intervenção e a tomada de providências quanto ao exposto pela Professora Dra. Cláudia Voigt Espínola, referente a problemas ocorridos na Unioeste.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2458

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, ex-Prefeito de Curitiba, que este subscreve PEDE envio de expediente urgente ao Sr. Presidente do IAP, ao Sr. Prefeito Municipal e ao Promotor de Meio Ambiente, para que seja impedida a derrubada de 4 (quatro) pinheiros históricos das antigas chácaras do Barão de Capanema e do consagrado pintor Arthur Nísio, nas imediações do Jardim Botânico de Curitiba, na rua Ostoja Roguski, esquina com Dario Lopes dos Santos/Prefeito Maurício Fruet (a mesma avenida tem dois nomes).

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Leio com tristeza na página 8 da edição de sábado, 11 de novembro de 2006, no jornal Gazeta do Povo que a Prefeitura autorizou o cidadão Luis Carlos Bernardi Boscardin a cortar três pinheiros mais que seculares, nas imediações do Jardim Botânico, e ainda quer cortar mais quatro. Os pinheiros não estão no terreno do Sr. Boscardin, mas na área pública, e faziam parte da antiga chácara do pintor Arthur Nísio.

Diz a mesma Gazeta: O empresário declarou que não sofreu nenhuma crítica da comunidade por ter derrubado exemplares de uma espécie ameaçada de extinção. Ao contrário, “todo mundo que passou por aqui ficou bem satisfeito, porque tinha gente que evitava andar aqui nos dias de chuva ou vento muito forte” - Comentou - “sou favorável à preservação das araucárias, mas o problema era o risco que elas ofereciam, melhor resolver agora, antes que aconteça uma tragédia”...

É de se perguntar se o Sr. Boscardin e sua dendroclastia estão acima das leis de preservação das araucárias?

Seja este requerimento encaminhado ao Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Lindsley da

Silva Rasca Rodrigues, Rua Engenheiros Rebouças, 1206, CEP 80.215-100, Curitiba-PR; ao Prefeito Carlos Alberto Richa, Av. Cândido de Abreu, 817 - CEP 80.530-908; ao Promotor de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente - Sérgio Luiz Cordoni, rua Marechal Floriano Peixoto, 1251, CEP 80230-110.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 531/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 4º da Lei nº 10.233, de 28.12.92, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Ficam isentos da Taxa Ambiental, em todas as modalidades de licença os imóveis rurais com até 30,00 hectares de área total, que possam desenvolver atividades agropecuárias e ou agroindustriais consideradas de pequeno porte e baixo impacto ambiental.

Parágrafo Único. Inclui-se na isenção, entre outras modalidades de licenças, a licença prévia, licença de instalação, licença de operação, autorização e inspeção florestal e autorização ambiental.”

Art. 2º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o valor despendido, a título de taxa ambiental, por um produtor rural para o exercício de sua atividades, que necessitam de licenças ou autorizações junto ao Instituto Ambiental do Paraná, atendendo as exigências das normas ambientais, é de R\$ 972,49.

Como exemplo citamos a atividade de suinocultura de pequeno porte, localizada em imóvel rural familiar de até 30,00 hectares. Neste caso o custo é o seguinte: licença prévia R\$ 127,37, equivalentes a 2,5 UPFs (Unidade Padrão Fiscal/PR); licença de instalação R\$ 127,37; análise de projeto R\$ 377,00; licença de operação R\$ 254,75; e Sisleg (Inspeção Florestal e Cadastro) R\$ 86,00, totalizando os R\$ 972,49.

Com a alteração do artigo 4º, ora proposta, estima-se que milhares de pequenos produtores ficarão isentos das taxas e dessa forma poderão regularizar as suas atividades, pois entendemos que deixam de regularizar pelas dificuldades financeiras, não só na atividade de suinocultura, como exemplificamos, mas na pequena agroindústria rural, piscicultura, reserva legal, aproveitamento de material lenhoso, corte de eucaliptos, entre outras atividades, devido aos valores das taxas ambientais cobradas.

Pretendemos assim beneficiar o pequeno produtor que está descapitalizado e impossibilitado de legalizar sua atividade em detrimento às necessidades de sua família.

O Estado certamente tem o maior interesse em que as atividades sejam legalizadas, pois é de sua responsabilidade regularizar e monitorar as atividades ambientais impactantes.

PROJETO DE LEI Nº 532/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Professora, Pesquisadora, e Escritora Adalice Maria Araújo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.11.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná pela Pesquisadora, Professora e Escritora Adalice Maria Araújo a fazem merecedora de tamanha homenagem.

A Professora, Escritora e Pesquisadora Adalice Maria de Araújo, pelo excepcional trabalho dedicado à arte e à cultura paranaense, especialmente pela publicação e autoria da obra Dicionário de Artes Plásticas no Paraná, edição basilar para a compreensão do processo cultural paranaense. Trata-se de um livro único, contribuição extraordinária para a cultura, seja do Paraná, seja do Brasil.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme Avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 353/06, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Rádio Comunitária Nova Geração, com sede e foro no município de Jataizinho. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/06, em 20/06/06, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 392/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Terra Roxa - Apoter, com sede e foro no município de Terra Roxa. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 392/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Terra Roxa - Apoter, com sede e foro no município de Terra Roxa

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.11.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 458/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública o Instituto de Saúde Pró-Vida de Assaí, com sede e foro no município de Assaí. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, em 04/09/06, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/06, que autoriza

o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/06, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel, situado no município de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/06, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 3.456.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) e um ajuste orçamentário no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto ressalvada a emenda.
Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda. **Aprovada**.

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispondo sobre a obrigatoriedade dos hospitais públicos ou privados de comunicarem as Delegacias de Polícia quando da entrada em seus prontos-socorros de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressão física e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado**. (Publ. no DA nº 108/06, de 16/08/06).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 483/06

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Poder Executivo o Projeto de Lei nº 483/06, originariamente Mensagem nº 062/06 de 20 de setembro de 2006, visa instituir no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná o Núcleo de Proteção à Criança e ao

Adolescente Vítimas de Crimes (Nucris) e o Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa).

Em sua justificativa o autor afirma que “a proposição ora formulada consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade paranaense, eis que a criação dos mencionados núcleos dotará a Polícia Civil do Estado de importantes instrumentos estruturais que possibilitarão ações mais efetivas, concentradas e específicas na repressão de crimes contra crianças e adolescentes e, também, na investigação e repressão dos praticados contra a saúde, inclusive dos crimes relacionados a acidentes do trabalho”.

Da Legalidade e Constitucionalidade

O artigo 66 da CE especifica:

Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Do Voto

O Projeto de Lei nº 483/06, se enquadra nos aspectos da Lei Complementar nº 95/98 e se submete ao conteúdo na Constituição Estadual, assim, e sob a exclusiva ótica legal e constitucional, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 483/06

P A R E C E R :

Do Relatório

O nobre Deputado Estadual desta Casa de Leis, Sr. Artagão Júnior, apresentou proposição obrigando, em todo o Estado do Paraná, os Hospitais Públicos ou Privados a comunicarem as delegacias de polícia quando da entrada em seus prontos socorros de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressão física.

Da Fundamentação

É de extrema relevância que a proposição em questão seja transformada em lei: primeiramente, pela proteção à integridade física dos beneficiados; secundamente, pela diminuição da violência contra a mulher, adolescente e crianças, e terceiramente, pela economia de recursos da saúde pública.

Da Conclusão

A Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável à proposição em tela, para o seu regular prosseguimento.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.11.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que autoriza o Poder Executivo estadual a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDMCA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/06, de 02.05.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 223/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, autoriza o Poder Executivo Estadual a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi, Estado do Paraná.

Em sua justificativa, o nobre Deputado relata o aumento das queixas crime na Delegacia da Cidade e informa também o alto número de queixas que deixam de ser registradas por conta da falta de delegacia especializada para dar o devido atendimento às vítimas.

O presente projeto autorizatório é constitucional, pois dispõe a Constituição Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

Quanto ao aumento de despesas, todo projeto de lei deve trazer em seu texto a fonte de recursos, as despesas e as possibilidades orçamentárias para a sua normal tramitação e para atender as disposições da Lei Complementar 101/00. Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE LEI Nº 223/06

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma Unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi, Estado do Paraná.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar recursos orçamentários para a execução da presente lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 223/06

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Nobre Deputado Padre Paulo Campos, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi/PR.

A matéria foi analisada anteriormente quanto aos aspectos legais e constitucionais pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou seu parecer favorável à aprovação da mesma.

Neste sentido, esta douta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, entendendo tratar-se à propositura de relevante interesse social, opina pelo parecer favorável à sua aprovação, para que prossiga assim sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.06.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Esta Casa quer registrar e dar as boas vindas ao Deputado Federal Odílio Balbinoti. Também gostaríamos de comunicar o falecimento da Sra. Corina Francisca Lopes, sogra do Deputado Luiz Carlos Martins. O enterro será hoje às 17h00 no cemitério Parque Iguaçu.

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2444, 2454 a 2456, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2445 e 2446, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2447 a 2452, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2457 e 2458, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Apenas para comunicar a todos os Deputados que a Comissão de Orçamento prorrogou as emendas até o dia 24 o prazo para entrega das emendas no valor de 2 milhões por Deputado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 767/05; 338, 350, 377, 480 e 486/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 483/05 e 223/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 355, 460 e 568/05; 322, 364, 390, 415 e 483/06.

Lembro ainda aos Srs. Parlamentares quanto à Sessão Solene, às 18h00, em comemoração à data Nacional da Consciência Negra nos 311 anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, por Proposição da Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Levanta-se a Sessão.

